

Ao

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Procuradoria-Geral de Justiça

Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

Ref.: Pregão Eletrônico tipo Menor Preço –

Planejamento SIAD: Nº 373/2021 – PROCESSO

SEI: Nº 19.16.3900.0104583/2021-08 -

**Requerimento para acompanhamento da
sessão de análise das propostas**

Ilustríssimos Sr. Pregoeiro e equipe de apoio

A Empresa **FK GRUPO S.A.**, sediada à Avenida das Indústrias, nº 337 - Centro - CEP 17.250-000, Bariri-SP, inscrita no CNPJ sob nº 55.088.157/0001-02 e Inscrição Estadual nº 201.021.680, por seu representante legal, Sr. André José Trovarelli Lagos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.787.530 SSP/PE, CPF n. 131.024.078-70, residente e domiciliado na Rua Zahia Farah Chidid, n. 57, Bariri-SP, vem, com o costumeiro respeito, perante esse respeitável órgão, expor e requerer o que segue:

I – DOS FATOS

Em 29.12.2021, o Ilustre Sr. Pregoeiro orientou os Licitantes do Pregão Eletrônico em referência que procurassem, via telefone, a Ilustre Sr^a Sandra Márcia Gonçalves Pereira, da Superintendência de Engenharia e Arquitetura desse r. Órgão Público, para agendar o dia, local e horário para acompanhamento do processo de análise e testes das amostras.

Pregoeiro

para Lote 1 - 29/12/2021 17:08:30

Srs. licitantes, qualquer interessado poderá acompanhar o processo de análise e testes aos quais será(ão) submetida(s) a(s) amostra(s), devendo para tanto entrar em contato com o(a) servidora Sandra Marcia Goncalves Pereira, da Superintendência de Engenharia e Arquitetura, para se informar acerca da data e horário, pelo telefone (31) 3330-8237.

Com as coordenadas transmitidas pelo Ilustre Sr. Pregoeiro, no dia 29.12.2021, a Requerente entrou em contato via telefone com a Ilustre Srª Sandra para realizar o agendamento, todavia, foi informada que não havia data e horário fixos para realizar as análises das amostras e, assim, não seria possível agendar previamente com os demais licitantes os horários para acompanhar as respectivas análises.

Em que pese o esforço desse D. Órgão Licitante para conduzir o procedimento licitatório com lisura e transparência, o acompanhamento da sessão da análise das amostras, com a informação prévia da data, horário e local que será realizada, é direito de todos os licitantes e deve ser concedido por medida de Lei e Justiça.

II – DO MÉRITO

Para sustentar o evidente direito de acompanhar presencialmente as sessões de análise das amostras no Pregão Eletrônico em referência, inicialmente invocamos o *caput* do artigo 37 da Constituição Federal que consagra a imparcialidade (neutralidade subjetiva) e a publicidade dos atos administrativos.

O princípio da imparcialidade possui direta e estreita relação com princípio da publicidade que garante ao interessado o direito de conhecimento prévio sobre, dentre outros detalhes, o local, data e hora que determinado ato será realizado.

Ora, sendo o processo licitatório um processo público não há como negar a participação do interessado na sessão de análise de amostras, sob pena de franca violação ao princípio da publicidade.

Em harmonia com as garantias constitucionais de imparcialidade e publicidade, o subitem 9.8.2, do Edital do Pregão em epígrafe, franqueia expressamente a participação dos licitantes interessados ao acompanhamento das sessões de análise de amostras, *in verbis*:

9.8.2 No “chat” do sistema, o Pregoeiro orientará os licitantes interessados acerca das medidas necessárias ao **acompanhamento do procedimento de análise das amostras eventualmente apresentadas**. (Destacamos).

Conforme verifica-se na transcrição editalícia acima, negar o direito da Requerente acompanhar a sessão de análise de amostras importa, ainda, em grave ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois trata de decisão surpresa que contraria as regras preestabelecidas.

Sobre a necessidade de concessão de acesso dos licitantes à sessão de análise de amostras, Antonio Daud Júnior e Carlos Renato Araújo Braga muito bem assinalam:

“Em atendimento ao princípio da publicidade, estampado no art. 37, caput, da Constituição da República, **deve-se prever e franquear a presença de quaisquer interessados, inclusive dos demais licitantes, na sessão de realização do procedimento da avaliação de amostras, seguindo os princípios da sessão pública para recebimento de propostas**. Tal previsão vem dar cumprimento ao disposto na parte final do caput do art. 4º, da Lei 8.666/1993, que prevê especificamente a possibilidade de qualquer cidadão acompanhar o desenvolvimento da licitação, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a

realização dos trabalhos”. (Destacamos). (Revista do TCU. *Avaliação de amostras em pregão para contratação de objetos de TI*. Ano 45, nº 126, janeiro/abril 2013, p. 47)

Acerca da concessão, por parte da Administração, de acompanhamento dos licitantes nas sessões de aferição das propostas, o Tribunal de Contas da União já se posicionou determinando que o Banco do Brasil:

7.1.3.2. em licitações que requeiram prova de conceito ou apresentação de amostras, viabilize o acompanhamento de suas etapas para todos os licitantes interessados, em homenagem ao princípio da publicidade (art. 3º da Lei nº 8.666/93); (ACÓRDÃO 1984/2008 - PLENÁRIO)

Pelo fato de fazer parte do julgamento da proposta, a análise da amostra se insere no âmbito da ampla defesa e do contraditório dentro do competente devido processo legal, permitindo qualquer licitante participar presencialmente do ato de aferimento da amostra para verificar a adequação do objeto frente ao que está no Termo de Referência.

Nesse cenário a Requerente, na legítima condição de licitante, tem todo o interesse em acompanhar a sessão de análise e testes das amostras para comparar fiscalizar os exames realizados, a metodologia que será aplicada na medição das medidas de cada amostra e outros pormenores inerentes aos testes e análises, para que eventualmente, não concordando com algum resultado ou procedimento adotado, possa reclamar em sede recursal.

Por fim, informamos que o indeferimento do presente pleito configura ilegalidade passível de representação aos controles interno e externo e, ainda, a Requerente tomará as medidas judiciais necessárias para garantir o seu direito.

III – DOS PEDIDOS


Por todo o exposto, com muito respeito, **Requer:**

- a) Seja a Requerente **notificada**, por este D. Órgão Licitante sobre o **local, data e horário** que serão realizadas as sessões de análise das amostras para que possa **acompanhá-las presencialmente**;
- b) Seja a notificação realizada em tempo **hábil e razoável**, conforme preconiza o § 2º, do art. 26 da Lei nº 9.784/99, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis quanto a data de comparecimento, visto que a Recorrente encontra-se sediada em estado diverso do local que ocorrerá a sessão de análise das amostras;
- c) Após a análise deste requerimento, sejam apresentados todos os pareceres técnicos que fundamentam a decisões tomada;
- d) Que o presente requerimento seja analisado conforme a jurisprudência e legislação vigentes.
- e) Caso os pedidos acima sejam julgados improcedentes, requer a remessa dos autos a autoridade superior para reanálise do feito;

Termos que,

Pede e espera deferimento.

Bariri, 31 de dezembro de 2021.



André José Trovarelli Lagos
Diretor Administrativo
FK Grupo S.A